

Spread Bancário no Brasil

GT de Reformas Microeconômicas
da CAE/Senado - 03/05/2017

FEBRABAN
Federação Brasileira de Bancos

Murilo Portugal
Presidente

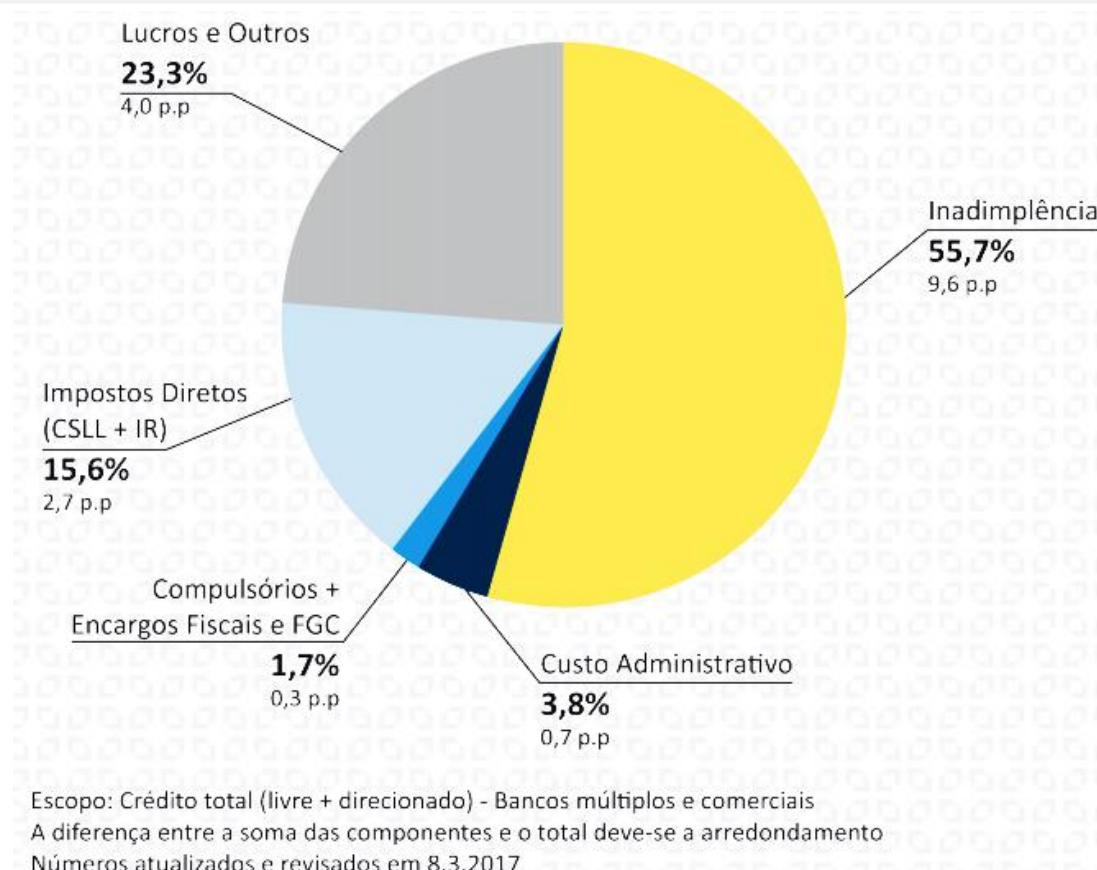
Agenda da apresentação

- I. Decomposição do Spread e Custos de intermediação financeira**
- II. Rentabilidade do setor bancário brasileiro**
- III. Evolução recente do spread**
- IV. Propostas**

Decomposição do spread: média 2011-2016

Levantamento do BC mostra que mais de 75% do spread total no período é explicado por inadimplência, custos, impostos e encargos

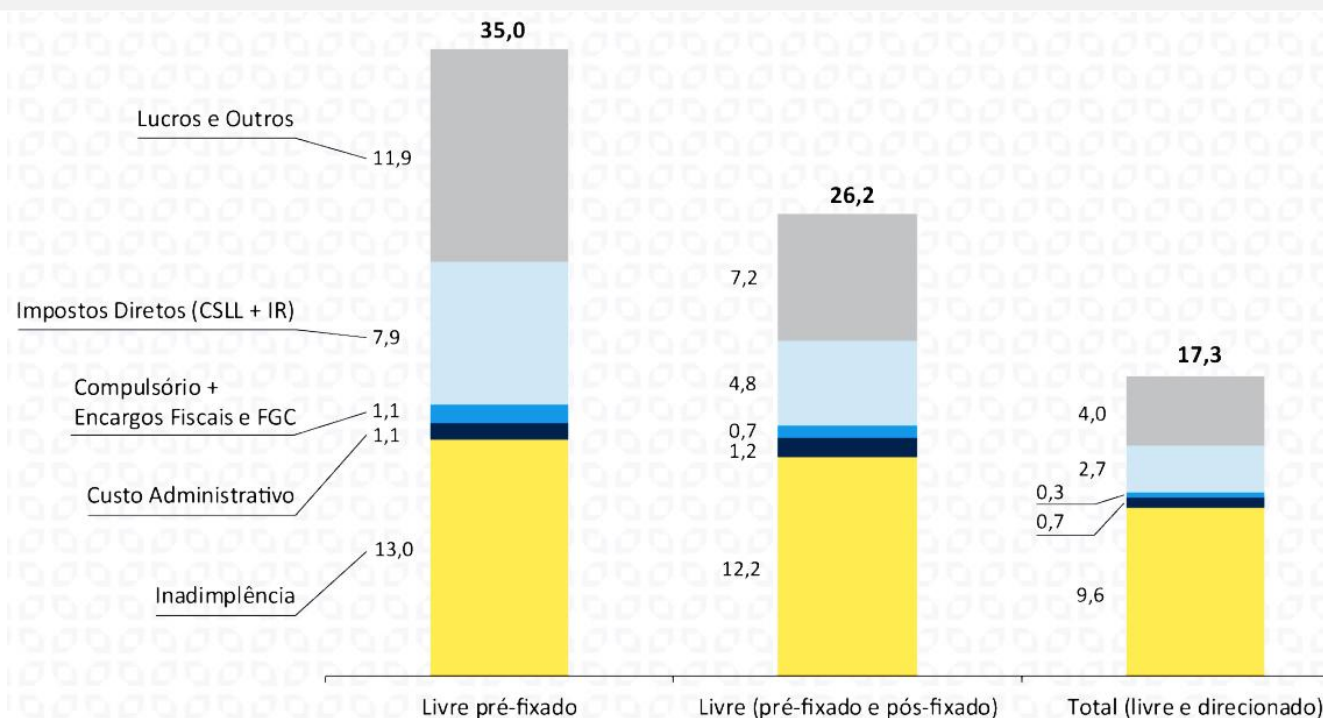
Decomposição do Spread Total (100%)



Decomposição do spread: Taxa média 2011-2016

Lucros correspondem a 4,0 p.p. no spread total de 17,3 p.p. (23% do spread bruto)
Caso a margem de lucro fosse zero, spread total ainda seria 13,3 p.p.

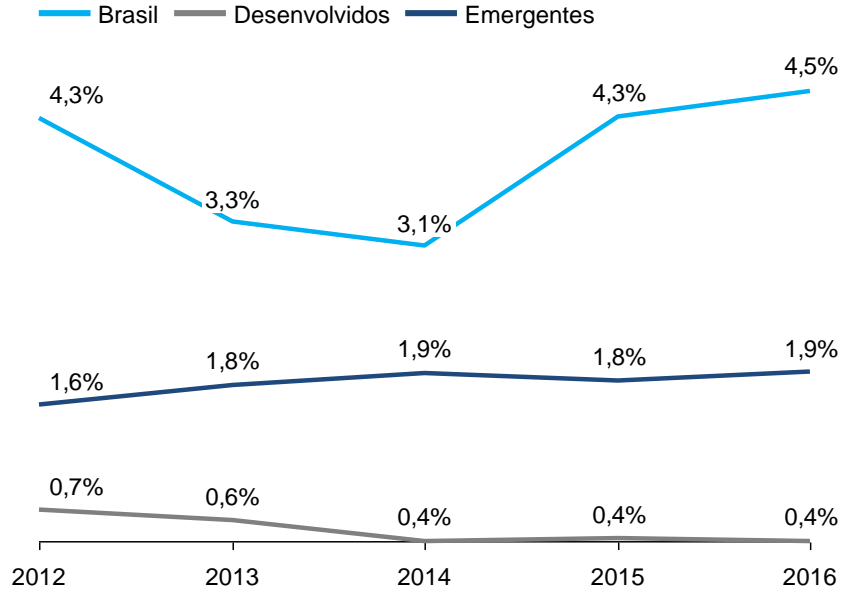
Decomposição do Spread Total (p.p.)



Escopo: Bancos múltiplos e comerciais
A diferença entre a soma das componentes e o total deve-se a arredondamentos
Números atualizados e revisados em 8.3.2017

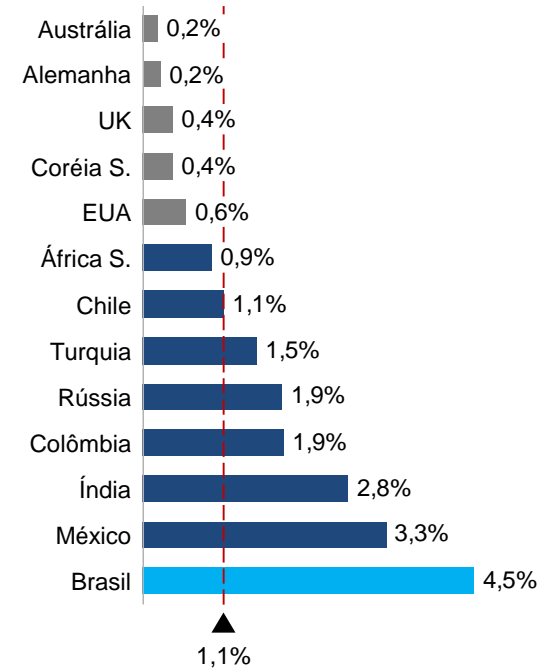
O custo de PDD por ativo de crédito no Brasil é o maior entre todos os países

Despesas de PDD sobre Total de Ativos de Crédito



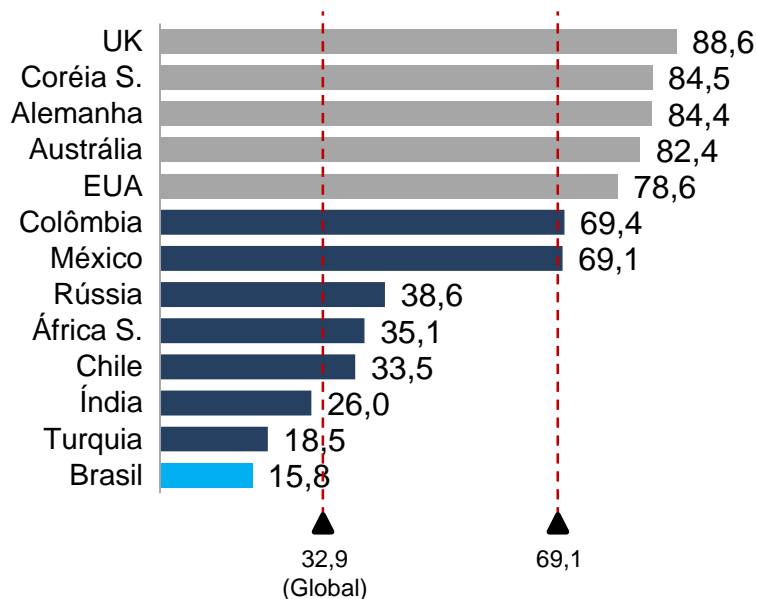
Países Emergentes excluem o Brasil
Fonte: S&P Capital IQ, Análise Accenture

Despesas de PDD sobre Total de Ativos de Crédito 2016



O Brasil tem a menor taxa de recuperação de garantias

Taxa de Recuperação da Garantia¹
% do Valor da Garantia, 2016



- Mesmo para os créditos com garantia, a taxa de recuperação é baixa
- Apenas 16% dos créditos garantidos são recuperados no Brasil em casos de falência, comparado com uma taxa média de recuperação de 69% nos demais países

1) Mede quantos cents por dólar assegurados em garantia os credores recuperam de uma empresa insolvente no final do processo de falência

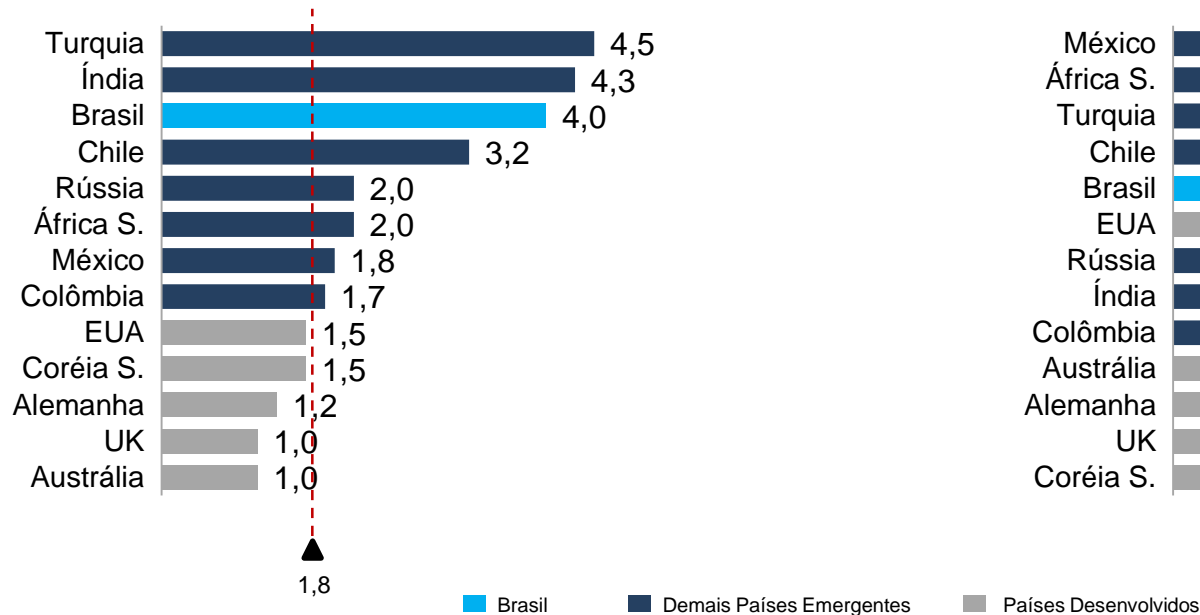
2) Cálculo considera as modalidades de Imobiliário, Veículos, BNDES, Capital de Giro, Conta Garantida e Descontos

Fonte: World Bank, Demonstrativo Financeiro dos Bancos. Análise Accenture

Adicionalmente, tanto o tempo quanto os custos para recuperação de garantias no Brasil são altos se comparados aos demais países

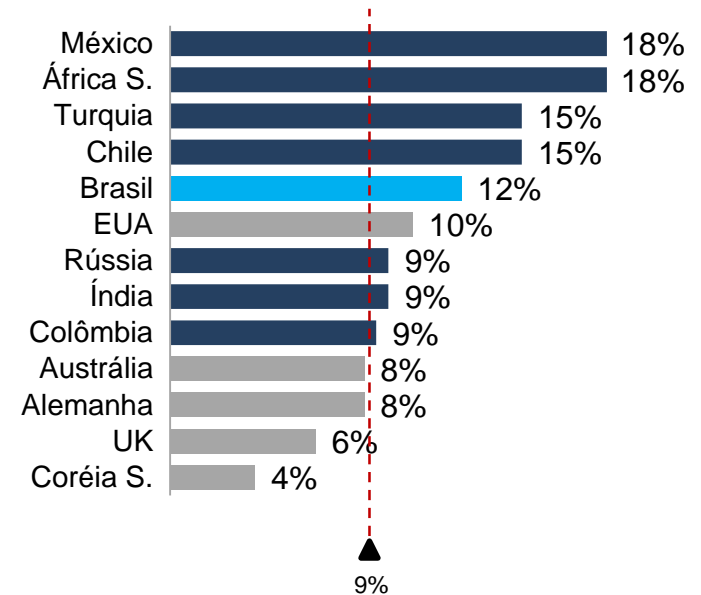
Tempo de Recuperação do Crédito¹

Em anos, 2016



Custo do Processo de Recuperação²

% em Relação ao Valor Total dos Bens do Devedor, 2016



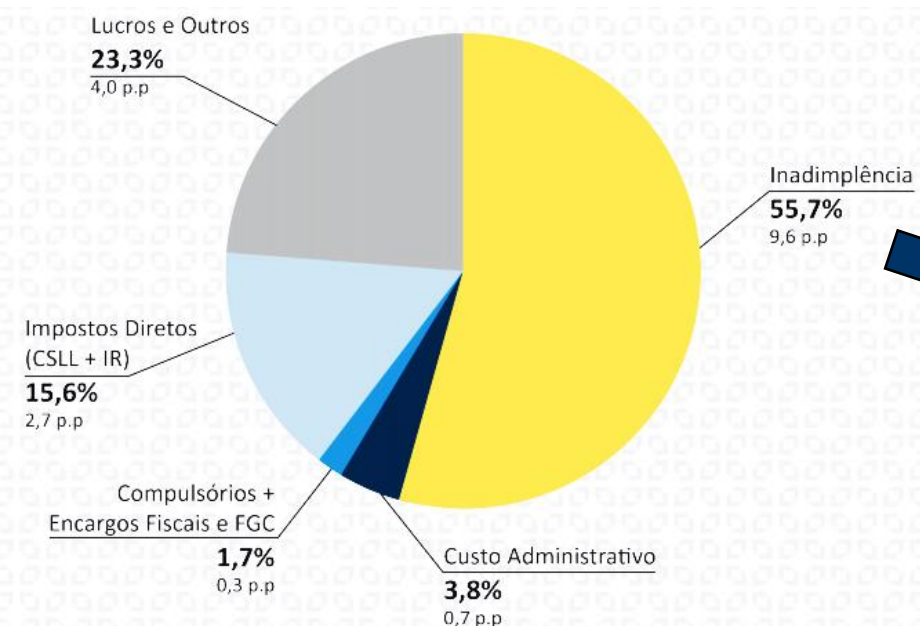
1) Mede o tempo que os credores levam para recuperar seu crédito uma vez que o cliente ficou inadimplente

2) Mede o custo do processo de recuperação como uma porcentagem do patrimônio do devedor. Inclui taxas judiciais, tributos, honorários dos administradores da insolvência, leiloeiros, avaliadores, advogados, entre outros custos

Fonte: World Bank. Análise Accenture

Decomposição do spread: média 2011-2016

Destaca-se a participação da inadimplência, que representa 9,6 p.p. na média do Spread Total nos últimos anos

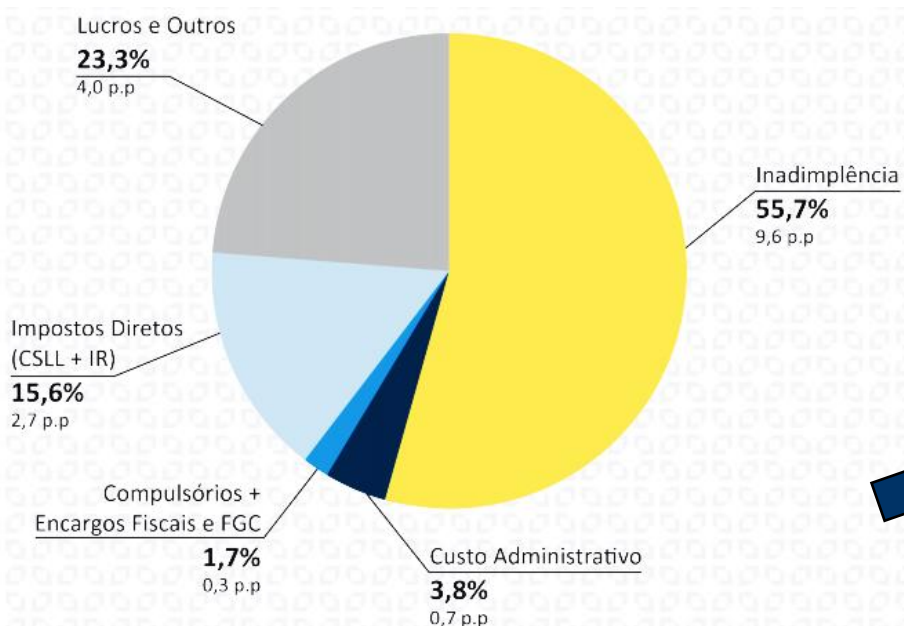


Escopo: Crédito total (livre + direcionado) - Bancos múltiplos e comerciais
A diferença entre a soma das componentes e o total deve-se a arredondamento
Números atualizados e revisados em 8.3.2017

- Inadimplência e os custos associados a ela são muito elevados no Brasil, muitas vezes maior que nos EUA, Europa e nos demais países emergentes
- Sozinha a inadimplência responde por 55,7% do spread bruto, o que significa que todas as medidas que tratem desse tema tem elevado poder de contribuição para reduzir o spread
- Medidas para ampliar a quantidade e qualidade das garantias, medidas que tragam maior agilidade e efetividade na recuperação de créditos, medidas que tragam maior eficiência judicial, na execução e nos custos envolvidos e medidas que tragam tratamento tributário adequado da inadimplência

Decomposição do spread: média 2011-2016

A somatória “impostos diretos, compulsório, subsídios cruzados, encargos e FGC” havia recuado entre 2008 e 2011, mas voltou a se elevar nos últimos anos.



Escopo: Crédito total (livre + direcionado) - Bancos múltiplos e comerciais
A diferença entre a soma das componentes e o total deve-se a arredondamento
Números atualizados e revisados em 8.3.2017

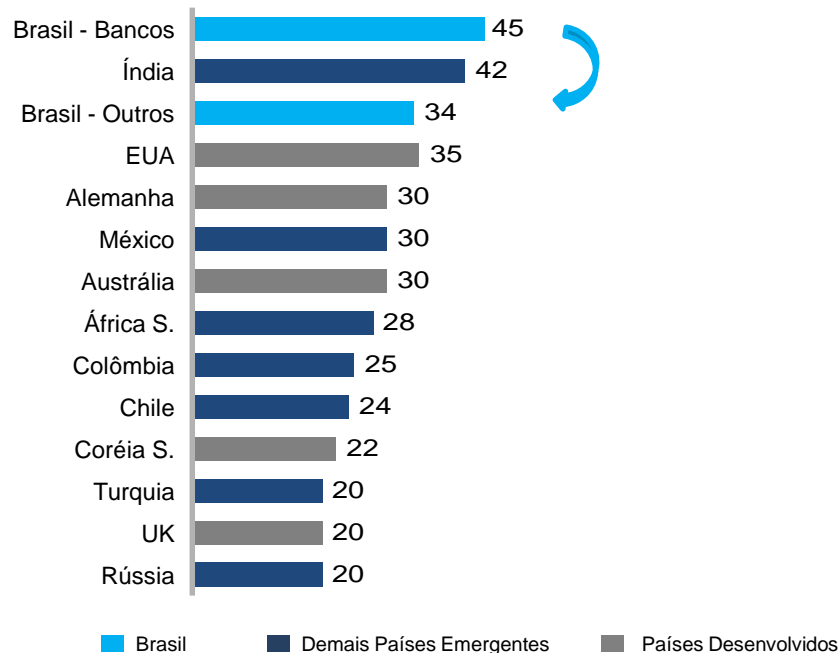
- IOF: até 1,88% para PJ e até 3,38% para PF
- Cofins = 4% (s/total da receita – captação)
- PIS = 0,65% (s/total da receita – captação)
- CSLL = 20%
- IR de 25%
- Compulsórios: Depósito à vista = 45%, Depósito a Prazo = 36% e Depósito de Poupança = 30%
- Subsídios Cruzados: direcionamento obrigatório de parte dos depósitos a vista e de poupança para aplicação em crédito rural e/ou crédito habitacional.
- FGC: contribuição obrigatória

Alíquota nominal da tributação sobre a renda é a mais elevada

Impacto da Carga Tributária no Spread

Imposto sobre Resultado

%



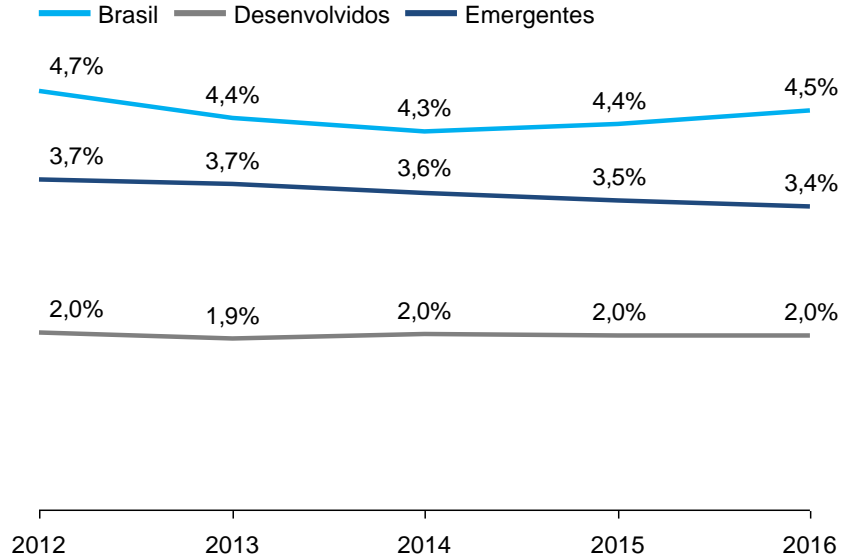
Fatores que aumentam a carga tributária do Crédito no Brasil

- Impostos adicionais sobre receita PIS/COFINS: 4,65% da receita total
- IRPJ e CSLL com alíquota adicional frente aos demais negócios no Brasil

Fonte: Data Request Bancos (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander), S&P Capital IQ, Receita Federal. Análise Accenture

O custo operacional do Brasil é o segundo maior dentre os países analisados, em comparação ao volume de negócios

Evolução do Custo sobre os Ativos¹



1) Cost to Assets = Despesas Operacionais / Ativos Rentáveis

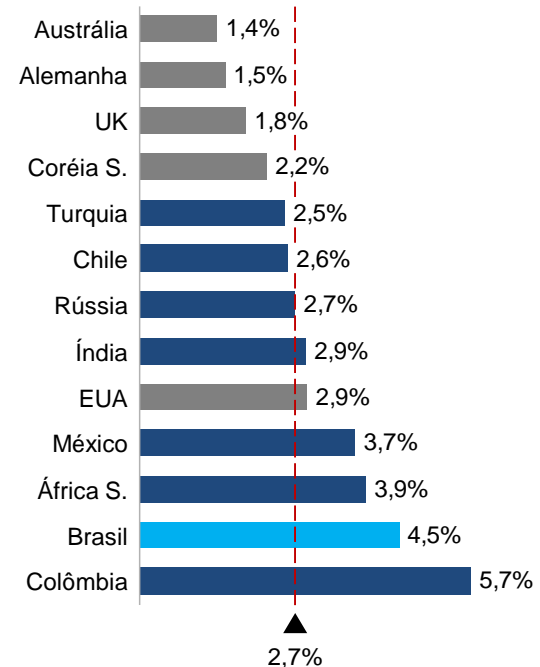
Obs.: Despesas Operacionais = Despesa de Pessoal + Despesas Administrativas + Outras Despesas / (Receitas) Operacionais

Obs.: Ativos Rentáveis = Carteira de Crédito + Investimentos (TVM) + Depósitos Compulsórios

Países Emergentes excluem o Brasil

Fonte: S&P Capital IQ, Análise Accenture

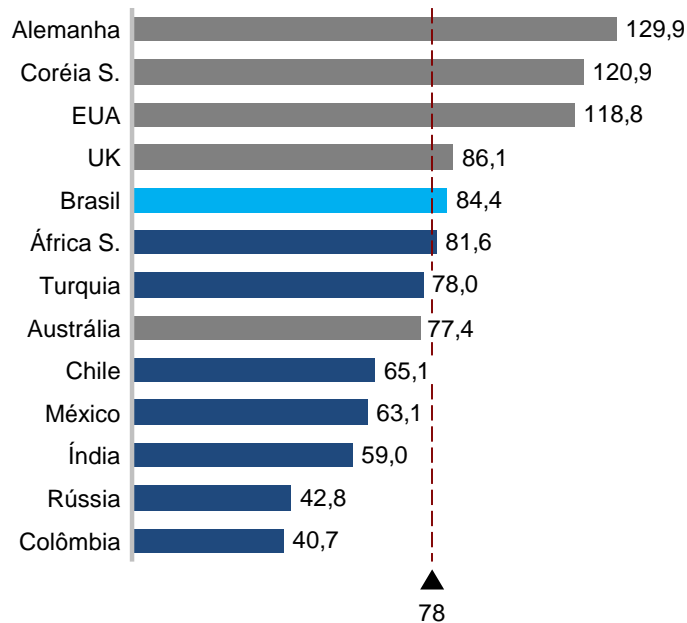
Custo sobre Ativos¹ 2016



O custo de pessoal por funcionário está acima da mediana e as provisões com processos trabalhistas são as mais altas

Custos de Pessoal por FTE

US\$ PPP¹ mil, 2015



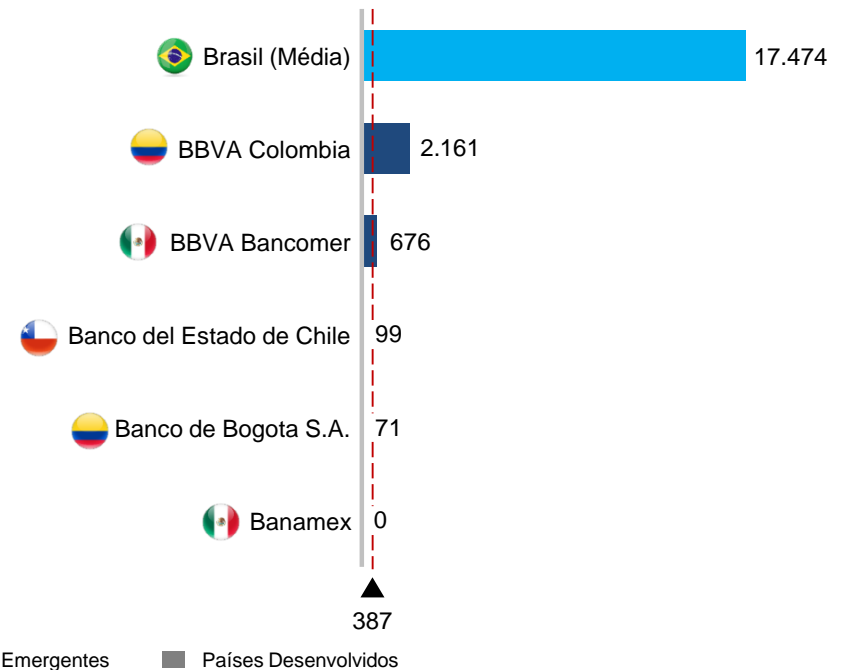
1) PPP: Purchasing Power Parity (Paridade de Poder de Compra)

2) Provisões para contingências prováveis

Fonte: Demonstrativos Financeiros dos Bancos, The Banker. Análise Accenture

Saldo de Provisões para Processos Trabalhistas por FTE²

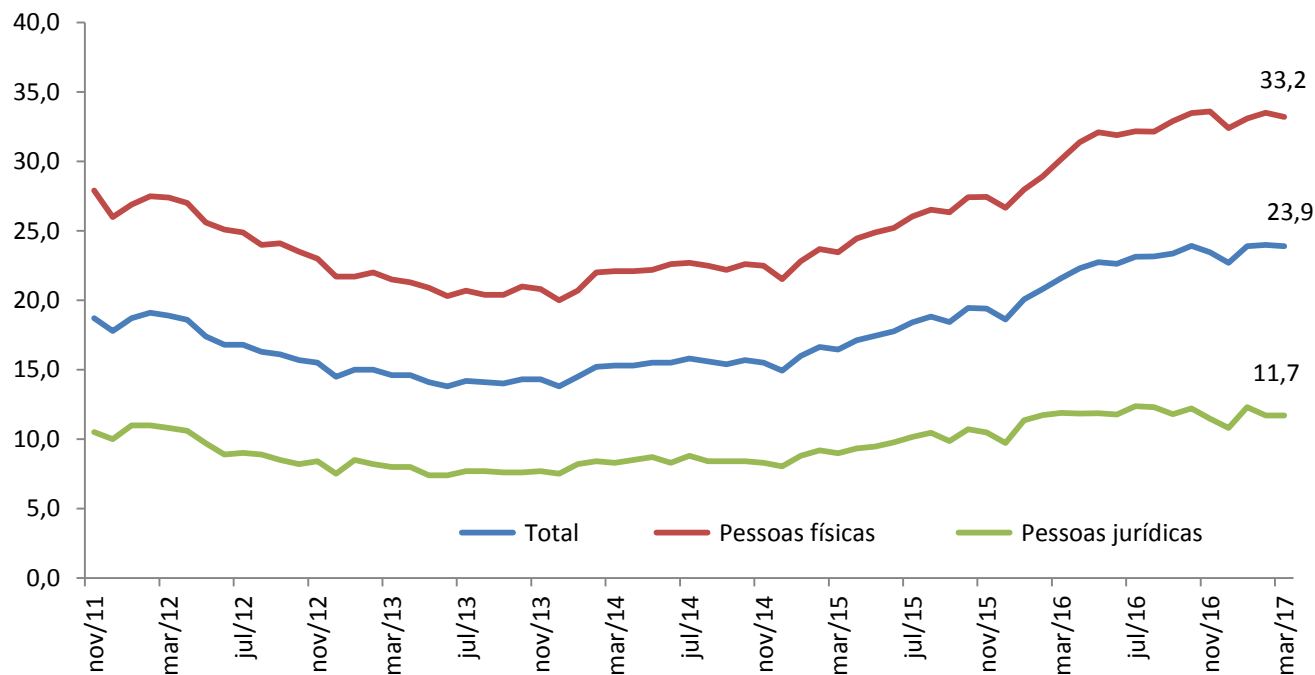
US\$ PPP¹, 2015



Spread Bancário - evolução recente

Após subirem a partir de dezembro/2013 em função do aumento do risco e inadimplência, provocados pela recessão, spreads mostram estabilização a partir do final de 2016

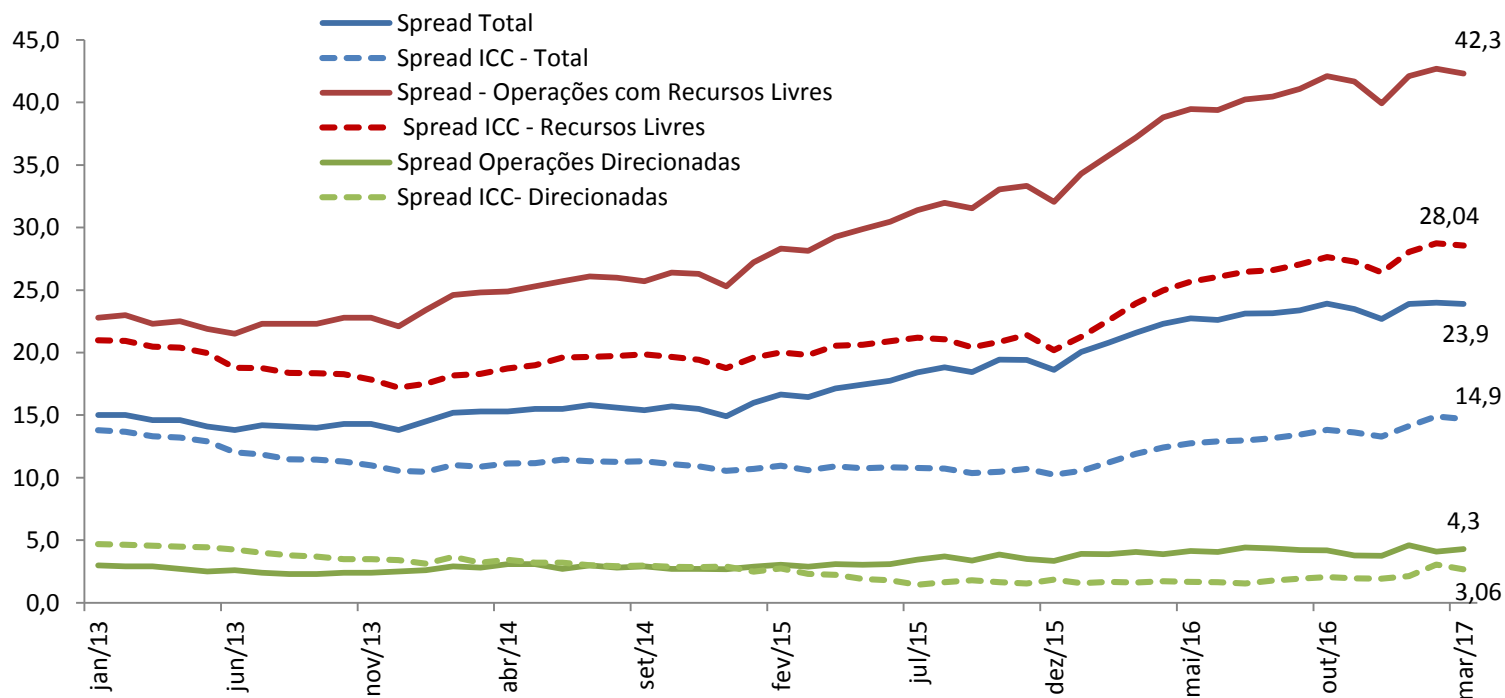
Evolução do Spread Bancário (%a.a.)



Indicador de Custo de Crédito (ICC-BCB)

O ICC seria um indicador mais próximo do custo de crédito no Brasil do que as taxas de juros divulgadas usualmente pelo Bacen;

Evolução do Spread Bancário x Spread ICC (%a.a.)

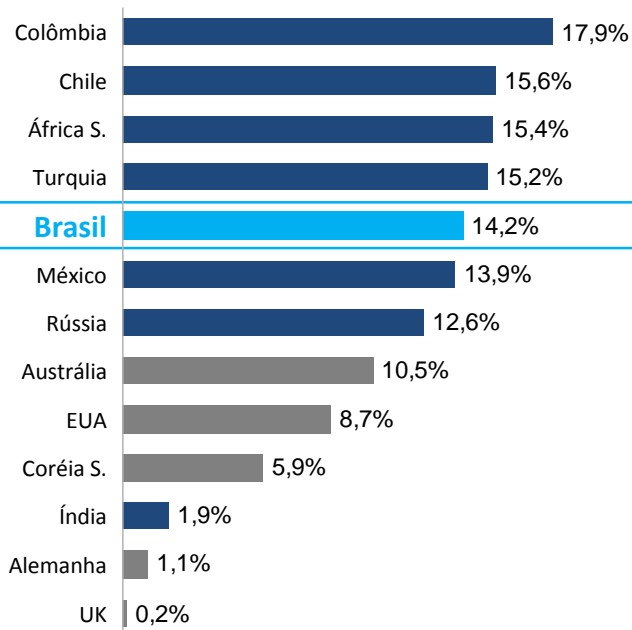


Rentabilidade dos bancos - Comparação Internacional

Os bancos brasileiros tem rentabilidade bruta em linha com países emergentes e, quando comparada ao custo de capital no país, a rentabilidade fica abaixo da média da amostra

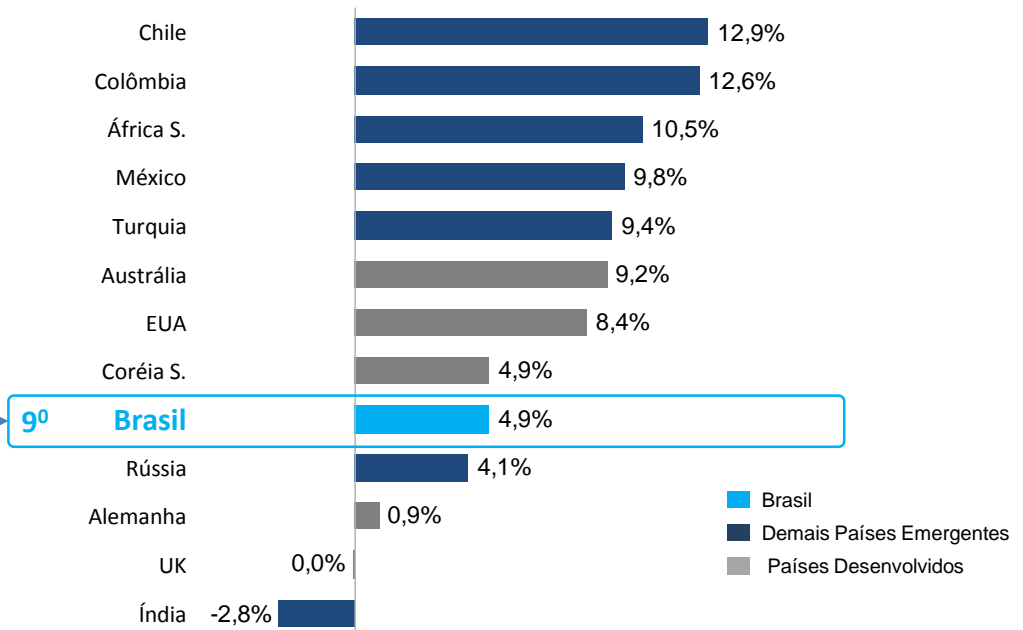
ROE¹ (Lucro Líquido / PL Médio)

% a.a. Dados de 2016 dos 5 maiores bancos comerciais



Retorno Adicional (ROE¹ – Taxa Básica de Juros pós impostos)

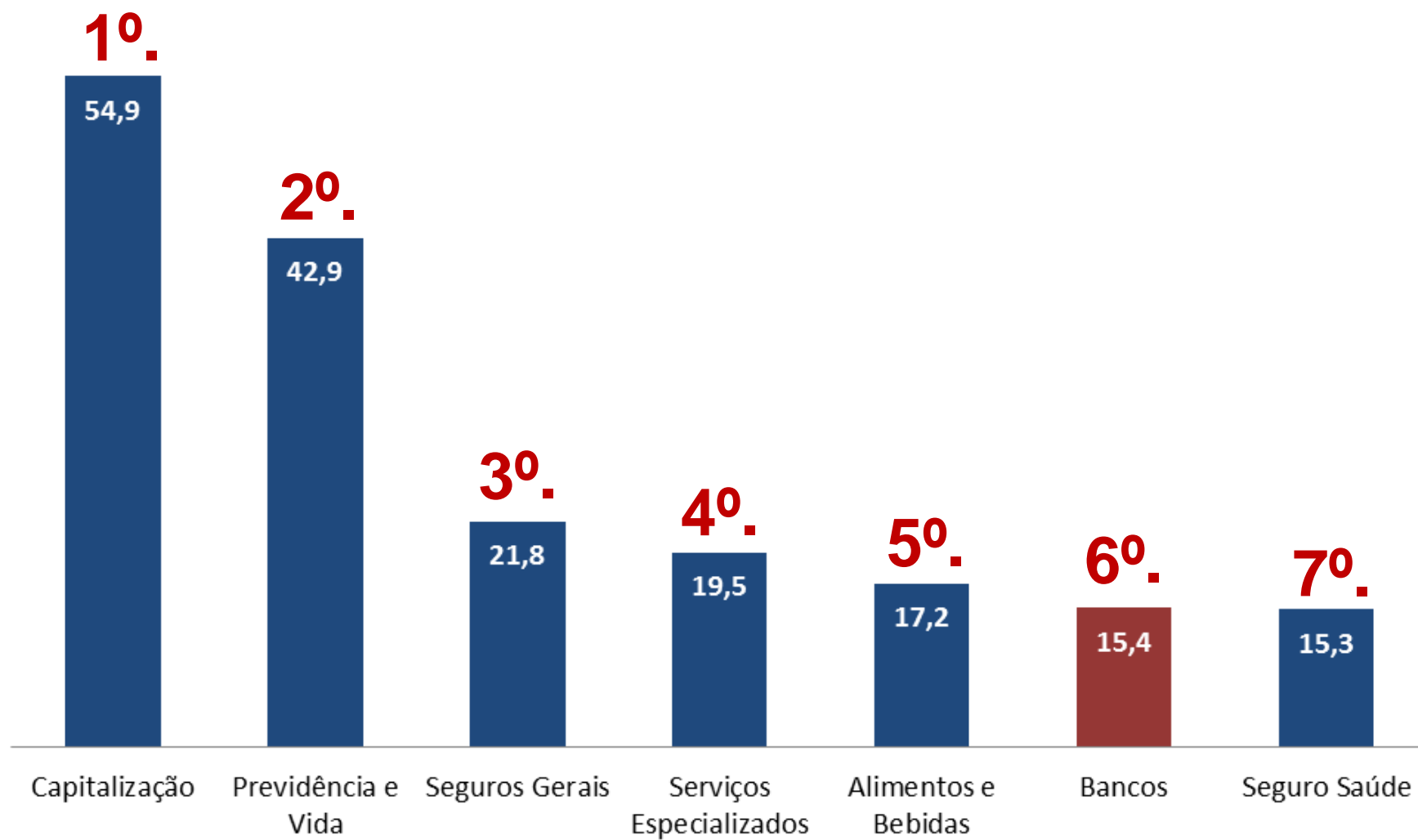
% a.a. Dados de 2016 dos 5 maiores bancos comerciais



1) ROE excluindo itens não recorrentes

Fonte: S&P Capital IQ, IMF, Demonstrativos Financeiros dos Bancos. Análise Accenture

Rentabilidade Setorial Comparada – Ranking 2015



Rentabilidade do PL (%) – Por setores - 2015

Ranking	Setores	2015
1	Capitalização	54,9
2	Previdência e Vida	42,9
3	Seguros Gerais	21,8
4	Serviços Especializados	19,5
5	Alimentos e Bebidas	17,2
6	Bancos	15,4
7	Seguro Saúde	15,3
8	Planos de Saúde	15,2
9	Comércio Atacadista e Exterior	13,9
10	Química e Petroquímica	13,1
11	Mecânica	13
12	Agropecuária	10,7
13	Têxtil, Couro e Vestuário	10,5
14	Farmacêutica e Cosméticos	10,4
15	Serviços Médicos	8,9
16	Plásticos e Borracha	8,1
17	Educação e Ensino	6,8
18	Comércio Varejista	5,4
19	Açúcar e Alcool	2,8
20	Água e Saneamento	2,6

Ranking de Rentabilidade dos Setores – 2005 a 2015

	2005		2006		2007	
	Setor	ROE	Setor	ROE	Setor	ROE
1	Mineração	45,9	Mineração	38,2	Mineração	35,9
2	Petróleo e Gás	26,3	Mecânica	25,2	Veículos e Peças	27,8
3	Metalurgia e Siderurgia	26,1	Petróleo e Gás	23,9	Mecânica	25,5
4	Comércio Exterior	24,6	Metalurgia e Siderurgia	22,9	Serviços Especializados	24,4
5	Bancos	22,3	Serviços Especializados	22,6	Bancos	23,6
			9º Bancos	19,5		

	2008		2009		2010	
	Setor	ROE	Setor	ROE	Setor	ROE
1	Comércio Atacadista e Exterior	48,3	Comunicação e Gráfica	38,9	Bebidas e Fumo	32,9
2	Previdência e Vida	26,6	Bebidas e Fumo	31,8	Mineração	26,3
3	Veículos e Peças	25	Veículos e Peças	23,6	Veículos e Peças	25,8
4	Metalurgia e Siderurgia	22,6	Previdência e Vida	22,7	Previdência e Vida	23,7
5	Petróleo e Gás	22,6	Capitalização	21	Materiais de Construção	23,6
	10º Bancos	19,8	15º Bancos	14,6	12º Bancos	16,1

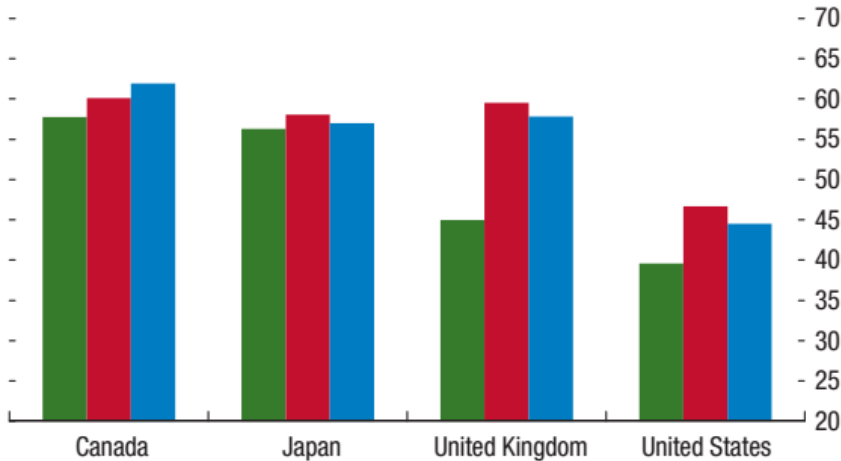
	2011		2012		2013	
	Setor	ROE	Setor	ROE	Setor	ROE
1	Bebidas e Fumo	31,9	Bebidas e Fumo	34,6	Previdência e Vida	28,5
2	Mineração	25,5	Previdência e Vida*	25,6	Capitalização	27,4
3	Capitalização	25,4	Capitalização*	24,3	Bebidas e Fumo	25,7
4	Previdência e Vida*	25,1	Materiais de Construção	15,4	Seguros Gerais	18,9
5	Comércio Atacadista e Exterior	17,1	Seguros Gerais*	15,2	Serviços Especializados	15,6
	8º Bancos*	15,6	8º Bancos*	13,3	10º Bancos	13,7

	2014		2015	
	Setor	ROE	Setor	ROE
1	Previdência e Vida	35,1	Capitalização	54,9
2	Seguros Gerais	18,9	Previdência e Vida	42,9
3	Serviços Especializados	17,6	Seguros Gerais	21,8
4	Mecânica	17,5	Serviços Especializados	19,5
5	Alimentos e Bebidas	16,1	Alimentos e Bebidas	17,2
	7º Bancos	12,85	6º Bancos	15,4

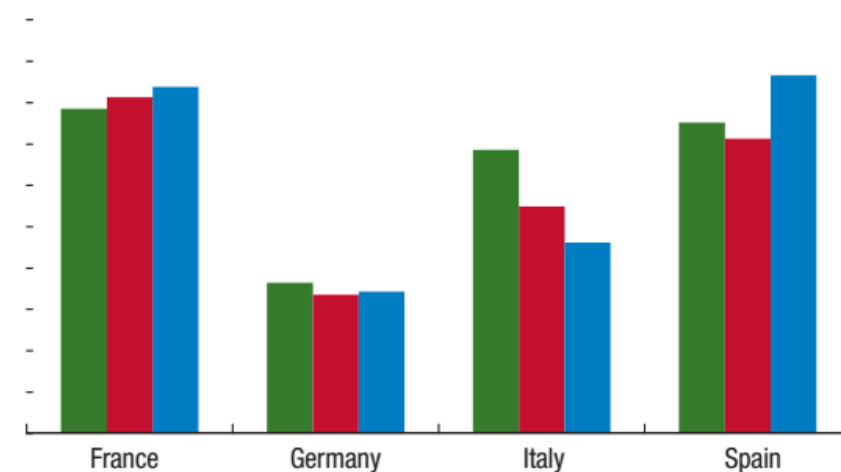
Concentração no Setor Bancário - Internacional

■ 2006 ■ 2009 ■ 2012

1. Non-Euro-Area Advanced Economies

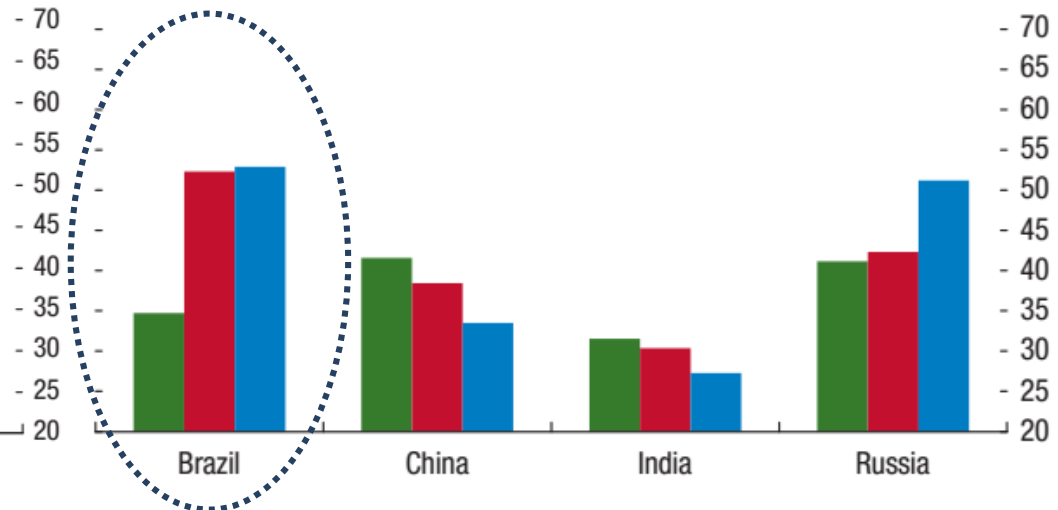


2. Euro Area



- Na avaliação do FMI no *Global Financial Stability Report*, de abril de 2014, a concentração de Ativos das três maiores instituições financeiras no Brasil estava abaixo de Canadá, Japão, UK, França e Espanha.
- No Brasil, a concentração dos três maiores bancos estava em 54% dos ativos do sistema bancário em 2012 (exclui bancos de desenvolvimento) na época do estudo do FMI, somando BB, Itaú Unibanco e Bradesco.
- Mesmo usando outros critérios de concentração, com quatro ou cinco maiores bancos, o mercado brasileiro possui concentração proporcionalmente semelhante às de Austrália e Canadá e é considerada moderada.

3. Emerging Market Economies



Fonte: Global Financial Stability Report – FMI (edição de Abril de 2014). – Dados: Bankscope; Bank of Japan; Bank of Russia; Canadian Office of the Superintendent of Financial Institutions; Central Bank of Brazil; China Banking Regulatory Commission; CEIC database; European Central Bank; Reserve Bank of India; U.S. Federal Deposit Insurance Corporation; and IMF staff estimates.

1. Equiparação do critério de dedutibilidade das perdas com operações de crédito entre Receita Federal e BC

Regra de provisionamento e critério para dedutibilidade da base de cálculo do Imposto de renda – O objetivo é unificar critério fiscal de reconhecimento de perdas, vinculando-o ao registro prudencial contábil definido pelo Banco Central na Resolução nº 2.682/99 do CMN. As despesas com provisões para devedores duvidosos seriam imediatamente dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido quando registradas;

2. Eliminação Tributação sobre a Intermediação Financeira (IOF, PIS / COFINS)

3. Tributação do lucro dos bancos às mesmas alíquotas usadas para as demais empresas com lucros equivalentes (redução da alíquota da CSLL de 20% para 9%)

4. Redução da Litigiosidade Bancária

- Uniformização das tabelas de correções de débitos judiciais dos Tribunais Estaduais e da Justiça Federal, adotando-se a Taxa SELIC como padrão, a qual abrangeria os juros de mora e a correção monetária.
- Regular a concessão da gratuidade da Justiça. Aprovação do Projeto de Lei nº 5.900/16, do Deputado Paes Landim, que cria critérios objetivos para a concessão do benefício da justiça gratuita, como a comprovação pelo requerente de uma das seguintes condições: (i) isenção de declarar o imposto de renda; (ii) beneficiário de programa social do Governo Federal; ou ganho de renda mensal de 3 salários mínimos.

5. Atuação do Judiciário que promova segurança jurídica

- Julgar rápido segundo a lei, com aplicação a mais literal possível da legislação vigente, evitando interpretações jurisprudenciais que deixem de aplicar leis vigentes ou criem determinações não contempladas no quadro legal.

6. Busca e apreensão extrajudicial de bens móveis alienados fiduciariamente

- Permitir ao credor fiduciário exercer a cobrança extrajudicial de dívidas previstas em contratos com cláusulas de alienação fiduciária de bens móveis, principalmente veículos, por meio de busca e apreensão extrajudicial, sem a necessidade de ajuizamento de ação de busca e apreensão.

7. Garantia em operações de Crédito (garantia guarda chuva e Previdência Privada)

- Aprovação de legislação que permita a constituição de garantia guarda-chuva, assim entendida aquela constituída para assegurar a abertura de limite global de crédito.

8. Contratação de Operações por Meios Eletrônicos/Remotos (PLS 243/14) (CAE)

- Reforçar a segurança jurídica de contratos e de seus meios de prova ao estabelecer que é válida a contratação de serviços ou aquisição de produtos por meio de biometria, assinatura eletrônica, digitação de senha ou de código de autenticação emitido por dispositivo pessoal e intransferível, bem como emissões de títulos por meio digital;

9. Bloqueio da reserva de margem consignável até decisão final em processos administrativos e judiciais (Lei 10.820/03/ Lei 8.213/91/ Lei 8112/90) (CAE)

- Na suspensão de pagamento do consignado por decisão administrativa ou judicial não haverá a possibilidade de o limite questionado ser liberado para ser utilizado para consignação de outro empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou operação de arrendamento mercantil, até que seja proferida decisão administrativa ou judicial definitiva acerca do questionamento.

10. Melhorias no Marco Legal do Consignado Privado (CAE)

- Alteração da lei 10.820 de 2003 e demais bases legais, permitindo que rescisões trabalhistas (férias, 13º salário) possam ser em parte utilizadas para amortizar dívida financeira de Empréstimo Consignado.

11. Aperfeiçoar lei de Recuperação Judicial e Falências (lei 11.101/2005)

- 1) Limitação expressa do prazo de suspensão das execuções; (2) possibilitar agravo para quaisquer decisões interlocutórias; (3) Conservar direitos contra coobrigados, fiadores e obrigados de regresso; (4) Correção monetária de créditos habilitados; (5) Evitar processos de recuperação de empresas inviáveis; (6) Profissionalizar escolha do Administrador Judicial; (7) Proibir PRJ prevendo termos considerados ilegais por parte da jurisprudência; (8) Flexibilizar Venda de UPI; (9) Caracterizar grupo econômico (litisconsórcio); (10) Abordagem obrigatória em assembleia das objeções dos credores; (11) Possibilitar afastamento da Administração e nomeação de substitutos; (12) Termos propostos pelo devedor aos credores no PRJ devem ser melhores que na falência; (13) Adequar Lei 11.101/2005 à Lei de Informatização do Processo Judicial (Lei 11.418/2006); (14) Afastamento da Administração por decisão da AGC; (15) Tornar mais precisa a identificação das recuperadas em editais; (16) Capitalização de créditos como meio de RJ; (17) Debtor In Possession Financing.

12. Aperfeiçoamento da lei do cadastro de Histórico de Crédito - ajustes sugeridos à proposta de implantação do Opt-out a ser apresentada pelo Governos Federal

- Fim da responsabilidade solidária;
- Obrigatoriedade das concessionárias de serviços públicos fornecerem informações para inclusão no cadastro positivo e exclusão da vedação de anotação sobre informações dos serviços de telefonia móvel.
- Criação do Comitê de Cadastramento dos GBDs, integrado por representantes do BC, Fazenda e Ministério da Justiça.

13. Inclusão das Duplicatas na Central de Registro de Ativos Financeiros (MP 775)

- A criação da Duplicata escritural/eletrônica; Incluir a possibilidade do Registro das Duplicatas em uma Registradora, de acordo com Circular 3.743/15; Reconhecimento das Duplicatas como Ativo Financeiro.

14. Compensação da 7ª e 8ª hora quando houver a reversão do cargo de confiança

- Regulamentação de cabimento da compensação da condenação ao pagamento de 7ª e 8ª horas do bancário, quando houver reversão do cargo de confiança em ação trabalhista. Os objetivos são equilibrar o contrato de trabalho e evitar vantagens vultuosas injustificadas e injustas concedidas ao trabalhador. Aplicar os princípios da boa-fé e da função social do contrato e pacificar os litígios que assoberbam os Tribunais Regionais do Trabalho.

Muito obrigado!

FEBRABAN
Federação Brasileira de Bancos